



## Universidades Lusíada

Silva, Isabel Corrêa da

### **Sinais de uma nova iconoclastia : intelectuais e opinião pública na idade de ouro da imprensa**

<http://hdl.handle.net/11067/5512>

#### **Metadados**

**Data de Publicação**

2010

**Resumo**

A nossa proposta consiste em analisar a evolução do conceito de opinião pública, num arco cronológico que vai desde c. 1870 até à primeira década do século XX, a partir de uma selecção de textos de intelectuais oitocentistas nos quais os autores reflectem sobre a imprensa do seu tempo. Argumentamos que o crescente cepticismo (iconoclastia) dos intelectuais com relação ao conceito de opinião pública corresponde a uma consciência empírica do modelo teórico de declínio da esfera pública formulado p...

The purpose of this article is to observe the evolution of the concept of public opinion, from c. 1870 to the first decade of the twentieth century, by examining a selection of texts of nineteenth-century intellectuals in which the authors express their thoughts on the press of their time. We argue that the growing scepticism (iconoclasm) of these intellectuals towards the public opinion corresponds to an empirical awareness of the theoretical model of decline of the public sphere conceived by J...

**Tipo**

article

**Revisão de Pares**

Não

**Coleções**

[ULL-FCHS] LH, s. 2, n. 07 (2010)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-07-26T23:26:56Z com informação proveniente do Repositório

**SINAIS DE UMA NOVA ICONOCLASTIA:  
INTELECTUAIS E OPINIÃO PÚBLICA NA IDADE DE OURO DA  
IMPrensa**

Isabel Corrêa da Silva  
Doutoranda do Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa  
Bolsista da Fundação para a Ciência e Tecnologia  
isabelparcos@gmail.com



## RESUMO

A nossa proposta consiste em analisar a evolução do conceito de opinião pública, num arco cronológico que vai desde c. 1870 até à primeira década do século XX, a partir de uma selecção de textos de intelectuais oitocentistas nos quais os autores reflectem sobre a imprensa do seu tempo. Argumentamos que o crescente cepticismo (iconoclastia) dos intelectuais com relação ao conceito de opinião pública corresponde a uma consciência empírica do modelo teórico de *declínio da esfera pública* formulado por Jurgen Habermas. Acreditamos que uma compreensão dos fundamentos ideológicos dessa iconoclastia, bem como das soluções encontradas para a ultrapassar, nos permitem perceber a complexidade da cultura política da monarquia constitucional portuguesa e nos apontam alguns caminhos para se perceber o percurso conceptual percorrido até se chegar, a partir de 1910, a uma cultura política oficialmente republicana.

**Palavras-chave:** opinião pública, imprensa, intelectuais, liberalismo, *respublica*.

## ABSTRACT

The purpose of this article is to observe the evolution of the concept of *public opinion*, from c. 1870 to the first decade of the twentieth century, by examining a selection of texts of nineteenth-century intellectuals in which the authors express their thoughts on the press of their time. We argue that the growing scepticism (iconoclasm) of these intellectuals towards the public opinion corresponds to an empirical awareness of the theoretical model of *decline of the public sphere* conceived by Jurgen Habermas. We believe that an understanding of the ideological basis of that scepticism, as well as the solutions to overcome it, allow us to realize the complexity of the political culture of constitutional monarchy in Portugal and point out some ways to perceive the conceptual lines that explain an official republican political culture after 1910.

**Keywords:** public opinion, press, intellectuals, liberalism, *respublica*



«E no meio desta luta perpétua, destas inquietações da alma, deste esgotamento da vida e da seiva moral, não lhe é permitida ao menos a espontaneidade do espírito, da ideia, das palavras. Tem de se conter: tem graves obrigações impostas pela consciência própria e por aquela posição onde é contemplado e vigiado. Nunca deve perder a atitude do bem, da justiça, da verdade, da oposição serena.

O elemento humano quase não entra naquela alma: nem a indignação, nem o ódio, nem o desespero, nem a paixão lhe são permitidas; o sentimento pessoal e íntimo não deve encher a sua palavra, para que não a desvie; deve ter um só pensamento, o interesse público, o ideal social. Paixões, inclinações, amizades, tendências do coração, simpatias, tudo deve despir; deve ficar só com a rigidez da verdade e da justiça.»

Eça de Queirós [1867], *Revista Crítica dos Jornais*<sup>1</sup>

Não fosse a referência à data e ao autor e diríamos estar perante um código de conduta para o *príncipe perfeito*. Aquele que *fica só com a rigidez da verdade e da justiça*, que corporiza em si a dignidade de uma soberania absoluta, que tem a sua alma partilhada entre dois elementos: um humano e um político. Não são precisos grandes malabarismos para se ler *corpo* em vez de *elemento* e *natural* em lugar de *humano*, e se estar perante uma releitura de algo muito parecido com as teorias medievais dos “dois corpos do rei”, em que o elemento ou corpo político é consagrado à «directão do povo» e à «gestão do bem público» e «inteiramente desprovido de todas as fraquezas naturais às quais está exposto o corpo natural»<sup>2</sup>. Só que neste caso o soberano contemplado não é um príncipe ou um monarca... é um jornalista.

Tal como Balzac, Zola ou Stendhal haviam feito para o caso francês, desde os tempos da sua colaboração no *Distrito de Évora* que Eça de Queirós começou a reflectir profunda e complexamente sobre a função de jornalista e o papel da imprensa na sociedade, desenvolvendo uma espécie de teoria do jornalismo

<sup>1</sup> Agradeço a José Miguel Sardica a leitura crítica e as sugestões que fez a este artigo, ressaltando desde já que não lhe cabe qualquer responsabilidade pelas falhas que o texto contenha.

QUEIRÓS, José Maria Eça de, [1867] 2000, «Revista Crítica dos Jornais», *Da colaboração no Distrito de Évora - I*, Lisboa, Livros do Brasil, s.d., p. 11.

<sup>2</sup> Tradução nossa de «Le Roi a en lui deux Corps, c'est à dire un Corps naturel et un Corps politique [...] Son corps politique est un corps qui ne peut être vu ni touché consistant en une société politique [...] constitué par la direction du peuple et la gestion du Bien public, et ce Corps est entièrement dépourvu d'Enfance, de Vieillesse, et de tous autres faiblesses et défauts naturels auxquels est exposé le Corps naturel» citado em KANTOROWICZ, Ernst, 2000, «Les Deux Corps du Roi» in *Kantorowicz. Oeuvres*, S.I. Quarto, Gallimard, p. 657-658.

própria<sup>3</sup>. O jornalista descrito por Eça nas páginas do *Distrito de Évora* é uma espécie de oráculo da modernidade, «motor dos espíritos», que trabalha em prol do progresso da sociedade, desempenhando uma missão salvífica, em plena abnegação de si próprio, sem «repouso», nem «abatimento moral», velando «por aqueles que dormem»<sup>4</sup>. Naturalmente, esta sua teoria do jornalismo não está isenta de ideologia política. Na verdade, ela só faz sentido se se tiver em conta o peso que na época, e entre a elite intelectual portuguesa da qual Eça fazia parte, tinha o *mito da revolução inacabada*, conforme lhe chamou Rui Ramos. Nas décadas de 60 e 70, uma perturbadora convicção de que a regeneração política de Portugal não havia produzido a regeneração social<sup>5</sup>, e que conseqüentemente havia ainda toda uma sociedade para revivificar, minava os espíritos dos jovens bacharéis que por esses anos se começavam a lançar nas polémicas públicas e a quem depois se convencionou chamar geração de 70.

### Uma nova *intelligentsia*

Dessa cepa matriz da *intelligentsia* portuguesa de fim-de-século, por norma, relembram-se alguns episódios mais mediáticos como a Questão Coimbrã (1865-1866) ou as Conferências do Casino (1871) como grandes bordões de ruptura com a cultura intelectual vigente e de emergência de uma auto-proclamada «geração nova»<sup>6</sup>. No entanto, estes novos intelectuais, embora tivessem bem mais do que questões estilísticas a separá-los da geração anterior, não avançaram de imediato num sentido de divergência inconciliável com esta. Na partilha de uma cultura política republicana de cariz evolucionista, as duas gerações estavam sintonizadas tanto na certeza da bondade última da república, como no veto a quaisquer tentativas de inversão do postulado de que são as sociedades que devem fazer os regimes. Se os primeiros tinham apostado numa regeneração à *Fontes*, mais centrada nas instituições, nos processos políticos e no progresso material, os homens da «geração de 70» apontavam os seus esforços na direcção daquele que consideravam ser o elemento negligenciado, embora de importância primacial

<sup>3</sup> PEIXINHO, Ana Teresa, 2007, «Textos jornalísticos de Eça de Queirós: o jornalismo oitocentista olhado pelo escritor/jornalista», *Estudos do Século XX*, n.º 7, Coimbra, CEIS20, 2007, pp. 15-38, p. 24. Cfr. MINÉ, Elza, 2000, «Eça de Queirós. Jornalista no ano 2000», *Páginas Flutuantes. Eça de Queirós e o jornalismo no século XIX*, São Paulo, Ateliê Editorial e Maria Filomena Mónica, «Introdução» in QUEIRÓS, Eça de, 2004, *Eça de Queiroz, Jornalista*, org. e intro. Maria Filomena Mónica, S. João do Estoril, Principia.

<sup>4</sup> QUEIRÓS, [1867]: 10-11.

<sup>5</sup> Cfr. *Século XIX*, 15/04/1865 citado por RAMOS, Rui, 1992a, «A formação da *intelligentsia* portuguesa (1860-1880)», *Análise Social*, pp. 483-528, p. 493.

<sup>6</sup> Cfr. RAMOS, 1992. Utilizamos daqui em diante indiferenciadamente as expressões «intelectuais» e *intelligentsia* para designar esta dita «geração nova», por facilidade do discurso e sem nos preocuparmos com uma eventual diferenciação entre intelectuais e *intelligentsia* propriamente dita conforme o caso russo, por exemplo. Sobre a propriedade da aplicação do epíteto de *intelligentsia* à geração de 70 portuguesa ver o já citado RAMOS, 1992a e a evolução do mesmo autor para RAMOS, Rui, 2004, «Os intelectuais no Estado Liberal (segunda metade do século XIX)» in Benedita Duque Vieira (org.), *Grupos Sociais e Estratificação Social em Portugal no século XIX*, Lisboa, CEHCP-ISCTE, pp. 107-133.

para a regeneração social: o cidadão. E insistiam na urgência da instrução do povo, certos de que «as sociedades só caminham pelas estradas que se abrem e que lhe abrirão», de que «nenhuma ideia está nos factos sociais que não tivesse primeiro nas consciências individuais», e que, em última análise «o mundo só realiza aquilo que concebeu, discutiu e aplaudiu»<sup>7</sup>. Acusavam a geração anterior de não ter concretizado a regeneração social do país. Exigiam a revolução cultural. Mas, no fundo, no que tocava a essa bandeira da «revolução do ABC» afastavam-se pouco do tipo revolucionário que já havia sido protagonizado pelos seus antecessores<sup>8</sup>. A verdadeira dissidência far-se-ia, pois, menos por via das crenças do que das descrenças.

A fractura dar-se-ia mais pelo cepticismo e pela negação de alguns velhos valores do que pela promessa de novos. Perante a “paz podre” da Regeneração, os novos intelectuais optaram por abrir fogo contra as próprias instituições, ditar o fim do constitucionalismo, declarar o divórcio entre a cultura e o regime. Esboçando, enfim, as linhas mestras de uma contra-cultura que, ao longo das décadas subsequentes, iria gradualmente deixar o regime cada vez mais isolado<sup>9</sup>. Essa contra-cultura fortaleceu-se brutalmente no momento em que os novos intelectuais conseguiram perpetrar verdadeiros parricídios. Ou seja, quando despidorada e paulatinamente se libertaram de alguns dos dogmas herdados dos seus avós do cerco do Porto e ousaram pensar em soluções políticas que reequacionavam o lugar de algumas das *prime donne* do repertório liberal tradicional. De entre as quais se evidenciava, num dos lugares de honra, a opinião pública.

No esforço de bem situar ideológica e politicamente essa contra-cultura, talvez seja mais proveitoso identificar as motivações do que a dimensão das iconoclastias apregoadas, bem como compreender a natureza dos objectos de renúncia. Mas no que seria o vasto leque de alternativas para esse exercício, detenho-me por agora no quanto dessa proscrição se concentrou na imprensa e na sua relação directa com a opinião pública. O exercício parece-me tanto mais legítimo quanto, em Portugal, são incontestavelmente contemporâneas e parcialmente coincidentes as idades de ouro da imprensa e daquela *intelligentsia*. Julgo, por isso, que a evolução do relacionamento destes intelectuais com a opinião pública na era da primeira globalização (a partir de 1870 até à primeira década do século XX) pode proporcionar interessantes ângulos de análise sobre a progressão do seu campo ideológico. E, acima de tudo, sugerir alguns caminhos

<sup>7</sup>QUEIRÓS, [1867]: 12.

<sup>8</sup>RAMOS, 1992a: 499.

<sup>9</sup>O quanto da crise moral do regime, acentuada a partir da década de 90, se deve a esta contra-cultura é uma questão que tem sido levantada por alguns autores, no sentido de uma releitura da segunda metade do século XIX português à luz da concepção de uma cultura política republicanizada Cfr., entre outros, RAMOS, 1992a; RAMOS, Rui, 1992b, «A ideia republicana em Portugal (a propósito de alguns livros recentes)», *Análise Social*, pp. 229-239; RAMOS, Rui 1994, *A Segunda Fundação*, Vol. VI de *História de Portugal* direcção de José Matoso, Lisboa, Círculo de Leitores; BONIFÁCIO, Maria de Fátima, 2005, *O século XIX português*, Lisboa, ICS pp. 61 e segs.; BONIFÁCIO, Maria de Fátima, 1999, “A Republicanização da Monarquia” in *Apologia da História Política. Estudos sobre o século XIX português*, Lisboa, Quetzal Editores.

para uma mais estimulante compreensão de um período que amiúde se tem negligenciado ou simplisticamente remetido para o grande e abrangente saco da crise do sistema liberal.

Voltemos, então, a Eça e à sua teoria do jornalismo. Mas agora a um texto de 1894, no qual, se pode ler que a imprensa, «em lugar de educadora, se tem lentamente tornado uma viciadora do espírito e dos costumes», responsável pela radicação do «hábito dos juízos ligeiros» e que «o jornal é hoje, com efeito, o grande assoprador da vaidade humana»<sup>10</sup>. O jornalista que em 1867 era o anjo Gabriel da população é em 1894 um deseducador do povo, reles mestre-de-cerimónias de uma feira de vaidades. Como explicar esta temperamental mudança? O que concluir deste inesperado pirronismo? O que se passou entre 1867 e 1894? Muita coisa. Mas por agora interessa-nos aquela que se relaciona com a coincidente *idade de ouro da imprensa*.

### *Um ataque de jornalismo*

Passando deliberadamente por cima das teorias que vislumbram processos de globalização nos circuitos comerciais euro-asiáticos ou euro-atlânticos do séculos XVI e XVII, considera-se mais consensualmente que é a partir de meados do século XIX que, no Ocidente, se verificam, ao nível social, económico e cultural, dinâmicas de interação mais consensualmente consideradas de natureza global<sup>11</sup>. Uma das faces desta globalização oitocentista foi o nascimento e consolidação de uma indústria de bens culturais, onde o lugar de primazia foi inquestionavelmente desempenhado pela imprensa. A idade de ouro da imprensa, período que, *grosso modo*, se estende desde o último quartel do século XIX até ao início da Primeira Guerra Mundial, foi marcada por uma explosão do mercado do impresso sem precedentes e teve o seu pujante arranque entre as décadas de 70 e 90.

Novos públicos, novas técnicas de produção, novas estratégias comerciais, novos formatos, novos custos, novos conteúdos, novos recursos, novos actores, novos objectivos e propósitos dão conta de uma verdadeira revolução no que até então tinha sido a esfera da imprensa. Este *boom* foi também traduzido em novas quantidades. Maiores quantidades. Os números falam por si, como nos demonstra a evolução das tiragens de alguns jornais entre as décadas de 70 e 90 do século XIX. Na Alemanha, por exemplo, o jornal de língua checa *Narodni Listy* em dez anos quintuplicou a sua tiragem (4000 cópias em 1885 para 22.000 em 1895). O *Corriere della Sera*, de Milão, começou com uma tiragem de 3.000 exemplares em 1876, para alcançar os 50.000 em 1887. Em princípios da década de 80, na totalidade território da França havia cerca de 60 jornais diários com um volume de vendas que atingia quase os 2 milhões de exemplares. Em Inglaterra, o

<sup>10</sup> QUEIRÓS, José Maria Eça de, [1894], «O Sr. Brunetière e a imprensa», QUEIRÓS, 2004: pp. 352-358, p. 357.

<sup>11</sup> Cfr., por exemplo, BORDO, M.D.; TAYLOR, A. M.; WILLIAMSON, J.G. (eds), 2003, *Globalization in Historical Perspective*, Chicago, The University of Chicago Press e O'ROURKE, K. e WILLIAMSON, J.C., 2001, "When did globalization begin?", *European Review of Economic History*, Vol. 6, pp. 23-50.

*Daily Mail* por exemplo, que começou em 1896 a imprimir 200.000 cópias diárias que eram vendidas a meio *penny*, conseguiu duplicar a sua tiragem apenas em dois anos (400.000 em 1894), e triplicá-la ao cabo de quatro (989.000 em 1900)<sup>12</sup>.

Mas além da revolução da forma, operou-se uma não menos relevante revolução de conteúdos. Todos estes impressionantes números de vendas serviram de berço a um novo tipo de jornalismo e ao nascimento do que se veio a chamar a *popular press*. O novo jornalismo era-lhe destinado<sup>13</sup>. Esta *popular press* era sobretudo popular no seu objectivo de conquistar o maior número possível de leitores entre a população, o que a obrigava também a sê-lo nos seus métodos. Era precisa popularidade para se vender bem um jornal, essa popularidade, verificou-se, era mais facilmente obtida oferecendo às pessoas entretenimento do que informação. Não se pode, no entanto, dizer que a *popular press* se tenha demitido daquele papel informativo que tradicionalmente cabia à imprensa. Limitou-se a aligeirá-lo. «Everything must be very short, two inches at the utmost» explicava Mr. Whelpdale em *New Grub Street* de George Gissing, constatando exageradamente que a atenção dos leitores desta nova imprensa não conseguia ir mais longe. Era preciso adaptar os conteúdos dos jornais e revistas aos desejos fugazes, ligeiros e dispersos do novo público «bits of stories, bits of descriptions, bits of scandal, bits of jokes, bits of statistics, bits of foolery [...] Even chat is too solid for them: they want chit-chat», concluía<sup>14</sup>.

Para além do *chit-chat*, outra receita para o sucesso de vendas que se revelou eficaz foi a do sensacionalismo. O que, em certa medida, significou inverter a tradicional concepção de notícia. Na ferrenha disputa pela angariação de público, descobriu-se que o que fazia parar o olhar do leitor sobre um determinado título era a notícia do homem que mordeu o cão, e não o contrário. A sensaborona análise política ou económica deixou de ter hipóteses quando a rivalizar com o bizarro, o inusitado, o imoral, a difamação. A aposta no «registo verbal violento, escandaloso e sensacionalista» revelou ser um investimento de sucesso que teve o seu exemplo máximo na «*yellow press* norte-americana de William Hearst ou no *new journalism* britânico de Alfred Harmsworth»<sup>15</sup>. Naturalmente, o jornalismo português não escapou a esta movimentação qualitativa da imprensa que, no circuito nacional, veio a conhecer alguns dos seus expoentes máximos em jornais como *A Lucta* ou *O Mundo*, já em princípios do século XX. Mas num artigo ainda de 1890 e no tom verrinoso a que já tinha acostumado os seus leitores, Fialho de Almeida baptizava os jornalistas portugueses do seu tempo de «esgrimistas do insulto», sem se perceber se teria consciência de que com isso dificultava a sua

<sup>12</sup> Cfr. SASSOON, Donald, 2006, «The Popular Press», *The Culture of the Europeans from 1800 to the Present*, Londres, HarperCollins Publishers, pp. 709-725 e CHAPMAN, Jane, 2005, «Commercialization, Consumerism and Technology [1881-1919]», *Comparative Media History. An Introduction: 1789 to the Present*, Cambridge, Polity Press, pp. 71-94.

<sup>13</sup> Cfr. «New journalism across continent: individuals and institutions» in CHAPMAN, 2005: 75-81.

<sup>14</sup> GISSING, George, [1891] 2004, *New Grub Street*, s.l., Kissinger Publishing, p. 489.

<sup>15</sup> SARDICA, José Miguel, 2009, «O jornalismo e a *intelligentsia* portuguesa nos finais da Monarquia Constitucional», *Comunicação e Cultura*, N.º 7, pp. 17-38, p. 26.

auto-exclusão do epíteto<sup>16</sup>.

Salvaguardadas as devidas diferenças de escala e de eficiência com relação a sociedades como a francesa ou a inglesa, Portugal também teve, por esta época, a sua dose de massificação cultural, particularmente centrada no tecido dos grandes centros urbanos, o que vale dizer em Lisboa, e em menor escala no Porto<sup>17</sup>. No ano de 1891, o *Boletim do Ateneu Comercial do Porto* contabilizava a existência de 86 jornais. Os entusiastas da imprensa nacional sempre se gabaram do grande número de títulos que em Portugal se publicavam: 1 para cada 6.500 habitantes, conforme as contas de Brito Aranha em 1897, mais do que em França ou em Inglaterra onde se andava à roda de 1 para cada 23.000<sup>18</sup>. Eduardo Coelho também participou no Congresso Internacional de Jornalismo de 1894 com uma reflexão em torno dos 400 títulos anuais da imprensa periódica portuguesa<sup>19</sup>. Os inventários feitos apontam para a existência de cerca de 500 títulos anuais entre 1894 e 1900<sup>20</sup>. Isto não significava, porém, que Portugal fosse uma espécie de desvelado reduto de leitura da Península Ibérica. Contar títulos não era o mesmo que contar exemplares. Para além de que muitos títulos eram criados unicamente como púlpitos públicos para determinadas questões ou polémicas e a sua vida era tão longa quanto estas.

Mas mesmo no que respeita ao volume das tiragens, o panorama da imprensa periódica portuguesa nesta época sofreu uma profunda alteração. Na linha da frente destacavam-se grandes títulos como o *Diário de Notícias* ou *O Século*, a chamada grande imprensa<sup>21</sup>, que lideraram esta marcha da democratização do jornalismo. Ambos os jornais se auto-definiam como informativos e não politicamente alinhados (*O Século* só a partir de 1895<sup>22</sup>), destinados a um público o mais vasto possível. E de facto, dez anos depois da sua fundação em 1864, o *Diário de Notícias* já havia quadruplicado a sua tiragem para 80.000 exemplares diários<sup>23</sup>. Em 1892 o correspondente d'*O Século* no Rio de Janeiro revelava-se estarecido com os 26 títulos diários existentes em Lisboa face aos 12 em circulação no Rio de Janeiro, cidade muito mais populosa que a capital portuguesa, levando-o a concluir que «a sociedade portuguesa esta[va] sofrendo

<sup>16</sup> ALMEIDA, José Valentim Fialho de, 1890, «Os Jornalistas», *Pasquinadas. Jornal d'un Vagabundo*, Porto, Livraria Chardron, pp. 209-219, p. 218.

<sup>17</sup> DIAS, Luís da Costa, 2007, «O papel do Impresso. A Imprensa e a transformação do espaço público em Portugal (último quartel do século XIX - primeiro quartel do século XX)», *Estudos do século XX*, n.º 7, Coimbra, CEIS20, pp. 307-317, p. 313

<sup>18</sup> Citado por RAMOS, 1994: 48.

<sup>19</sup> VARGUES, Isabel Nobre, 2003, «A formação da profissão de jornalista em Portugal: um poder entre poderes?», *Revista de História das Ideias*, n.º 24, pp.157-177, p. 161.

<sup>20</sup> Cf. TENGARRINHA, José, 1989, *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, Lisboa, Ed. Caminho.

<sup>21</sup> LEMOS, Mário Matos, 2006 “Para uma história da Imprensa Diária Portuguesa no século XX” in LEMOS, Mário Matos, *Jornais Diários Portugueses do Século XX, Um Dicionário*, Coimbra, Ariadne Editora, p. 35.

<sup>22</sup> Data em que na direcção d'*O Século*, Magalhães Lima foi substituído por Silva Graça, que decidiu conferir ao jornal um tom politicamente neutro.

<sup>23</sup> DIAS, 2007: 313. Cfr. MIRANDA, Paula Cristina Galvão Mateus, 2002, *As origens da Imprensa de Massas em Portugal: O Diário de Notícias (1864-1889)*, Universidade de Évora, 1º Curso de Mestrado em Estudos Históricos Europeus.

d'um ataque de jornalismo!»<sup>24</sup>. Os jornais nacionais não se modernizaram apenas no que respeita à sua multiplicação e expansão quantitativa, esforçaram-se também por acompanhar a moda em termos de conteúdo. Também o facilitismo rapidamente convenceu os jornalistas portugueses das suas vantagens.

É claro que o alargamento e a diversificação do público leitor é um fenómeno que deve ser compreendido à luz de um processo dilatado e gradual de formação de uma indústria de bens culturais cujas virtualidades pareciam claras à maioria dos contemporâneos. Processo esse que, por rigor de análise, deve ser considerado com relação aos números e aos escalões de literacia da época tendo, embora, em conta que o alcance efectivo da imprensa periódica não se restringia (com maior eficácia depois da popularização da imagem) apenas ao público alfabetizado que, por sua vez, entre 1878 e 1900 não era mais do que cerca de 30% da população<sup>25</sup>. Com efeito, data, por exemplo, deste período o início da publicação da “Biblioteca do Povo e das Escolas”, marco de um género editorial popular-didáctico que aproveitaria o balanço desta idade de ouro da imprensa, para se afirmar<sup>26</sup>.

Foi, pois, desde os seus primeiros sinais de dilatação democrática que a imprensa passou a ser objecto de reflexão por parte de todos os que desde logo vislumbraram a ambivalência do seu potencial mobilizador. Mas o debate não precisava, aliás, de particular militância, porque a questão punha-se a si mesma. A imprensa como quarto (ou quinto no caso português)<sup>27</sup> poder social passou rapidamente a uma evidência inegável, santificando-a ou demonizando-a, todos se limitavam a confirmar a sua autoridade. Veja-se por exemplo o caso de Nogueira Soares, alto funcionário público sob a tutela de Fontes Pereira de Melo, que dedicou à imprensa quatro dos quinze capítulos das suas *Considerações sobre o presente e o futuro de Portugal*, revelando claramente como, em 1883, quase um terço das suas preocupações nacionais passavam pela conduta jornalística e pelo papel impresso<sup>28</sup>. Como notou José Miguel Sardica, «as cambiantes, muitas vezes maniqueístas e contraditórias, dessa reflexão [sobre o papel da imprensa na sociedade], - oscilando entre o maior entusiasmo e o mais profundo cepticismo - ajudam em muito a perceber algumas das esperanças conjunturais e alguns

<sup>24</sup> *O Século*, 19 de Agosto de 1892.

<sup>25</sup> Cfr. NÓVOA, António, 1987, *Le Temps des Professeurs*, Vol. I, Lisboa, INIC, p. 351.

<sup>26</sup> DIAS, 2007: 314-317.

<sup>27</sup> A expressão *fourth estate* aplicada à imprensa é atribuída a Edmund Burke, que a teria pronunciado numa sessão do parlamento inglês ainda na última década do século XVIII, a notícia chega-nos por via de CARLYLE, Thomas, 1841, *On heroes and hero-worship and the heroic in History*, London, James Fraser, p. 265. No caso português, como o quarto poder do Estado era o poder moderador, pela Carta Constitucional atribuído ao rei, avançou-se um algarismo pela mão de José Dias Ferreira que numa carta a Eduardo Coelho (fundador do *Diário de Notícias*) considerou a imprensa um quinto poder do Estado, carta citada por CUNHA, Alfredo da, 1941, *Elementos para a História da Imprensa Periódica Portuguesa (1641-1821)*, Lisboa, Separata de “Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa”, p.121.

<sup>28</sup> Vejam-se capítulos: “Da importante missão da imprensa” pp. 215-244; “Da liberdade e da responsabilidade da imprensa” pp. 244-272; “Da reforma dos costumes da imprensa” pp. 272-296; “Da reforma da lei da imprensa” pp. 196-333, SOARES, Nogueira, 1883, *Considerações sobre o presente e o futuro de Portugal*, Lisboa, Typographia Universal.

estrangulamentos estruturais do Portugal da transição do século»<sup>29</sup>.

### A opinião pública, rainha consorte do Estado liberal

Os vários números e títulos enunciados foram o rosto de uma revolução cujo verdadeiro alcance e importância só podem ser compreendidos se se tiver em conta a relação entre a imprensa e o conceito de opinião pública e, por sua vez, o lugar desta nas sociedades liberais de oitocentos. A imprensa como quarto poder do Estado não é um aforismo retórico, é um dado sem o qual se torna muito difícil compreender o quadro mental do século XIX. A imprensa era a voz da opinião pública. Ou seja, o liberalismo não se limitou a introduzir a urna como elemento de aferição da vontade da nação. O estado de direito, ao garantir a liberdade de expressão, criava uma via alternativa, senão mesmo preferencial, para a manifestação daquela vontade. Era assim que a imprensa se afirmava como autorizada representante da opinião pública, e conseqüentemente dotada de equivalente legitimidade.

Como escreveu Eça em finais da década de 60, o povo tinha três coisas supremas na sua vida: «a opinião das praças», «a imprensa» e «o direito de petição»<sup>30</sup> o que valia dizer: a liberdade de expressão e a lei. Sendo que esta deveria servir de garante daquela. Neste raciocínio estava implícito o reconhecimento à imprensa de uma certa quota de soberania que lhe advinha da sua condição de procuradora do povo. Resta saber quem era o *povo* de que falava Eça e qual o quinhão de soberania de que dispunha. O *povo* romântico, que, como notou Fátima Sá, se emancipou politicamente depois da Maria da Fonte (1846), distinguia-se em absoluto das noções depreciativas de *população* ou de *plebe* que algumas décadas atrás haviam minado os debates entre vintistas, setembristas e miguelistas<sup>31</sup>. Num texto de 1856 publicado em francês, Alexandre Herculano deixou a questão esclarecida: «Quand je dis le peuple je n'entends pas parler de la populace qui ne réfléchissait point [...] Pour moi le peuple c'est quelque chose de grave, d'intelligent, de laborieux, ce sont ceux qui possèdent et qui travaillent»<sup>32</sup>. Era este povo que os liberais concebiam como corpo político e que, já em 1843, inflamava os ânimos de alguém como Almeida Garrett que, maravilhado, abria as portas e dotava de sentido cívico uma imprensa popular:

«Este é o século democrático: tudo o que se fizer há-de ser pelo povo e com o povo...ou não se faz! Os poetas fizeram-se cidadãos, tomaram parte na coisa pública como sua, querem ir, como Eurípedes e Sófocles, solicitar na praça os sufrágios populares [...] Os leitores e os espectadores de hoje querem pasto mais forte, menos condimentado e mais substancial que os sonetos e madrigais: é o povo, quer verdade. Dai-lhe a verdade

<sup>29</sup> SARDICA, 2009: 20.

<sup>30</sup> QUEIRÓS, [1867]: 86.

<sup>31</sup> FERREIRA, Fátima Sá e Melo, 2008, «Povo – Povos», *Ler História – História Conceptual no Mundo Luso-Brasileiro (1750-1850)*, n.º. 55, pp. 141-154.

<sup>32</sup> Alexandre Herculano, [1856], «Mouzinho da Silveira ou la révolution portugaise» citado em FERREIRA, 2008: 148.

do passado no romance e no drama histórico – no drama e na novela da actualidade ofereci-lhe o espelho em que se mire a si e ao seu tempo, a sociedade que lhe está por cima, abaixo, ao seu nível – e o povo há-de aplaudir, porque entende; é preciso entender para apreciar e gostar»<sup>33</sup>.

Fora este *o povo* que Eça herdara e que, como concepção abstracta que era, estava certamente mais próximo da noção de opinião pública do que dos números oscilantes da massa de eleitores.

Ora a opinião pública era a «rainha do mundo» na expressão de Pascal<sup>34</sup> e, nas palavras de um parlamentar vintista, tudo o que não a respeitasse seria «um monstro no meio da sociedade». A monarquia constitucional portuguesa havia sido fundada sob a vigilância desse «tribunal invisível, sempre em actividade, que as leis, o rei e que ninguém pod[ia] dominar»<sup>35</sup>. Embora o mandato da opinião pública não fosse uma prerrogativa exclusiva do Estado Liberal, foi em parte a partir, ou em torno, desse *tribunal* que, em países como a França, Inglaterra, Espanha ou Portugal, se compôs a cultura política do liberalismo<sup>36</sup>.

Em Portugal, o substrato da cultura política do liberalismo era republicano. Perceber a matriz republicana da cultura política do liberalismo português requer uma abordagem liberta, essencialmente, de três coisas: em primeiro lugar, de oposições simplistas: do tipo monarquia *versus* república; em segundo, de preconceitos ideológicos maniqueístas; e em terceiro, de quadros teóricos anacrónicos e conseqüentemente inoperantes<sup>37</sup>.

Nesse sentido caminhou a renovação historiográfica iniciada nos anos 70 e 80 por autores como Reinhart Kosselleck, Quentin Skinner e John Pocock, convidando a introduzir no mapa de estradas do investigador uma nova e obrigatória paragem: a linguagem. Tanto a história conceptual alemã (*Begriffsgeschichte*) como o estudo do discurso político da academia anglo-saxónica apontam essencialmente para uma autonomização da história intelectual com relação à filosofia política<sup>38</sup>. Ambas confeccionaram eficazes estratégias contra o vírus das «ideias fora do lugar»<sup>39</sup>, sugerindo a interpretação do discurso político

<sup>33</sup> Almeida Garrett [1843], «Ao Conservatório Real», in GARRET, Almeida, 1963, *Obras de Almeida Garrett*, Porto, Lello e Irmãos Editores, Vol. II, pp. 1087.

<sup>34</sup> Ver JULLIARD, Jacques, 2009, *La Reine du Monde: essai sur la démocratie d'opinion*, Paris, Flammarion.

<sup>35</sup> Discurso da Sessão de Corte de 15 de Fevereiro de 1821 em <http://debates.parlamento.pt> (consultado em 11 de Fevereiro de 2010). Cfr. ARAÚJO, Ana Cristina, 2008, «Opinião Pública», *Ler História – História Conceptual no Mundo Luso-Brasileiro (1750-1850)*, n.º. 55, pp. 125-139, p.133. Ver também ALVES, José Augusto dos Santos, 2000, *A Opinião Pública em Portugal (1780-1820)*, Lisboa, Universidade Autónoma.

<sup>36</sup> Cfr. FERNANDEZ SEBASTIÁN, Javier, 2004, «L'avènement de l'opinion publique et le problème de la représentation politique (France, Espagne, Royaume-Uni)», *L'Avènement de l'Opinion Publique*, s.l., L'Harmattan, pp. 227-251.

<sup>37</sup> Ver a este respeito os trabalhos que desde inícios da década de 90 Rui Ramos tem vindo a desenvolver, bem como BONIFÁCIO: 1999 e 2005 e PINTO, Ricardo Leite, 2001, «Uma introdução ao neo-republicanismo», *Análise Social*, pp. 461-485, p. 462

<sup>38</sup> PINTO, 2001: 463. Ver também FERNANDEZ SEBASTIÁN, Javier, 2008, «Algumas notas sobre história conceptual e sobre a sua aplicação ao espaço atlântico», *Ler História, História Conceptual do Mundo Luso-Brasileiro. 1750-1850*, n.º. 55.

<sup>39</sup> FERREIRA, Fátima Sá e Melo e FERES JÚNIOR, João, «Introdução», *Ler História, História Conceptual*

em relação vinculativa com o contexto em que é produzido. Exercício que faz descer as ideias de uma espécie de pedestal a-histórico, quase metafísico, e as reintegra no século<sup>40</sup>.

É pois a partir deste repensar conceptual que se desenvolveram nas últimas décadas as teorias do neo-republicanismo que, ao reintroduzirem o paradigma republicano como modelo explicativo da história das ideias, visam a um entendimento das experiências políticas do Estado Moderno à luz de uma dinâmica de «síntese entre o paradigma liberal dos direitos e o republicano de soberania». Como faz notar Ricardo Leite Pinto, a lente neo-republicana permite claramente perceber como «a tradição jurídica dos direitos naturais, como parte do lastro histórico liberal que remonta a Locke, anda lado a lado com a recuperação dos modos republicanos da cidadania (a virtude republicana)» e como, por essa via é, em certa medida, possível superar a «aparente oposição – liberdade negativa *versus* liberdade positiva»<sup>41</sup>.

É nisto que insistem autores como Rui Ramos ao dizer que «Oliveira Martins não era apenas filho de Rousseau. Era também filho de Benjamin Constant»<sup>42</sup>. Com maiores ou menores doses de heterodoxia, esta era a medida da cultura política dos liberais de oitocentos. Uma medida republicana, pautada pelo predomínio dos princípios fundamentais do republicanismo clássico, assente na ideia de virtude cívica aplicada à devoção à coisa pública, ou seja à comunidade, como único meio de alcance de autonomia individual<sup>43</sup>. A república era a própria concepção de sociedade organizada. Como deixou claro João Chagas: «entre monárquicos e republicanos, em Portugal não há diferença de crenças. O que há é diferenças de posições. Republicanos somos nós todos, mesmo os monárquicos»<sup>44</sup>.

Uma diferença de posições era também o que os dissidentes gostavam de pensar que os distinguia do resto do mundo, auto-considerando-se revolucionários debaixo da bandeira da revolução cultural, em cujo terreno de combate a imprensa era uma arma basilar. Mas o conceito de “demopedia”<sup>45</sup> e

*do Mundo Luso-Brasileiro. 1750-1850*, n.º. 55, pp. 17-23, p. 18.

<sup>40</sup> Cfr. SKINNER, Quentin, “Meaning and Understanding in the History of Ideas”, *History and Theory*, Vol. 8, n.º.1 (1969), pp. 3-53.

<sup>41</sup> PINTO, 2001: 471-472, artigo que oferece um ótimo estado da arte sobre o neo-republicanismo. Em termos teóricos a obra fundacional é de POPOCK, J. G. A., 1975, *The Machiavellian Moment. The Florentine Thought and the Atlantic Republican Tradition*, Princeton, N. J., Princeton University Press. Cfr. também PETTIT, Philip, 1999, *Republicanism. A Theory of Freedom and Government*, Oxford, Oxford University Press.

<sup>42</sup> RAMOS, Rui, 1998, «Oliveira Martins e a ética republicana», *Penélope*, 18, pp. 167-187, p. 174.

<sup>43</sup> Entre quase todos os outros trabalhos de Rui Ramos, ver particularmente: RAMOS, 1992b; 1994 e 1998.

<sup>44</sup> CHAGAS, João, 1907, *João Franco*, Lisboa, Typografia Annuário, p. 225.

<sup>45</sup> Esta leitura de transversalidade política do conceito de “demopedia”, não implica que não consideremos a existência de diferenças fundamentais quanto à de legitimação ideológica da sua aplicação, tendo particularmente em conta o tipo de concepções de liberdade e de posicionamento do indivíduo na comunidade. Parece-nos ser nesse sentido que os republicanos foram dando sinais de algumas reticências com relação ao que consideravam ser o predomínio da “liberdade negativa” no campo liberal. Como dissera João Chagas «nós não somos liberais, somos

de formação da opinião pública revelava-se como algo transversal a sectarismo políticos, parte integrante da cultura política liberal. Em 1883, Nogueira Soares escrevia:

«É minha íntima convicção que quando em Portugal se puder dizer:  
 “A imprensa é livre, está regenerada e levantada à altura da sua missão”  
 - todos poderemos acrescentar afoitamente: “Isto nos basta. Está salvo  
 o país; estão asseguradas a nossa independência, a nossa liberdade e a  
 nossa prosperidade”...»<sup>46</sup>

acrescentando que toda a sua fé na imprensa residia na sua convicção inviolável na soberania da opinião pública, mas também na consciência de que esta estava, no entanto, «sujeita a caprichos, veleidades, aberrações e desvarios» e que precisava por isso que a «aconselhassem, esclarecessem e guiassem»<sup>47</sup>.

Se, em 1883, Nogueira Soares apelava ao imperativo do «desapego de si» para o alcance da «verdadeira independência»<sup>48</sup> sem a qual não se faria a regeneração da pátria, pela mesma altura, Angelina Vidal escrevia que só depois de se ter feito um filósofo «do último habitante da aldeia de Paio Pires» se poderia «implantar a bandeira republicana nesta infeliz nacionalidade», porque enquanto não se fizer «luz no coração social, ainda antes de ensinarmos a ler ao operário lisbonense, teremos perdido a pátria e a honra e com ela a veneração dos países cultos»<sup>49</sup>. Entre o alto funcionário público e a republicana militante não havia, afinal, a este respeito, flagrante diferença de posições. O imperativo da devoção cívica era comum a ambos.

Uma *devotio* republicana, até mais espartana do que ateniense, era o que Eça reclamava para o jornalismo no artigo de 1867 com que se iniciou este texto. Essa *intelligentsia* de 70 auto-incumbiu-se da missão de regenerar socialmente o país através da construção de uma efectiva nação cultural. Para tal missão, contava com a devoção dos «homens mais instruídos», «probos» e «dignos» que «fora dos parlamentos, dispondo apenas desses dois meios de acção – a imprensa e o ensino» deviam ir «lentamente, surdamente, imperceptivelmente, realizando essa obra imensa» de concretização da república, como escrevia Ramalho Ortigão<sup>50</sup>. O jornalista devia contar-se entre esses escolhidos, e colocar-se ao serviço da república na organização da opinião pública, ela própria elemento

---

republicanos», oposição que subentendia uma simpatia pelo tipo “liberdade positiva” na linha da *liberté des anciens* de Benjamin Constant que estava na base do bom funcionamento das repúblicas clássicas. Cf. CONSTANT, Benjamin, 2001 [1819], *A Liberdade dos Antigos Comparada à Liberdade dos Modernos*, trad. A. de Araújo, Coimbra, Tenacitas. Ver CATROGA, Fernando, 2000, “A Demopédia Republicana” in *O Republicanismo em Portugal, da formação ao 5 de Outubro de 1910*. Lisboa, Editorial Notícias, pp. 235-293. Sobre a oposição entre os dois tipos de liberdades ver BERLIN, Isaiah, 1969 [1958], «Two Concepts of Liberty» in Isaiah Berlin, *Four Essays on Liberty*, Oxford university Press, pp. 118-173.

<sup>46</sup> SOARES, 1883: 12.

<sup>47</sup> SOARES, 1883: 12.

<sup>48</sup> SOARES, 1883: 231.

<sup>49</sup> Angelina Vidal citada por RIBEIRO, Lia Sá Paulo, 2003, «O papel dos intelectuais na popularização cultural republicana», *Revista de História das Ideias*, Vol. 24, Coimbra, pp. 255-309, p. 256.

<sup>50</sup> Ramalho Ortigão citado por RAMOS, 1992: 45.

primacialmente constituidor e constituinte da comunidade cívica.

Era, pois, fora dos parlamentos - «na imprensa e no ensino» - na esfera pública portanto, que se devia levar adiante a empresa de regeneração do país. Para os dissidentes de 70, tal como para a geração dos seus pais e dos seus avós, a opinião pública continuava a ser arquétipo legitimador. As reivindicações eram outras mas o motor revolucionário usava o mesmo combustível. No entanto, essa esfera pública não era, por seu lado, impermeável à passagem do tempo e algo de substancialmente profundo se foi alterando na sua natureza logo nas primeiras décadas do *império da imprensa*.

### Os intelectuais e a opinião pública: sinais de uma nova iconoclastia

Para a formulação desta síntese interpretativa, partimos do conceito de esfera pública conforme foi formulado por Habermas. Mesmo tendo em conta a evolução e a sofisticação teórica a que o conceito foi sujeito desde a sua origem até à actualidade<sup>51</sup>, fixamos aqui a teorização habermesiana de esfera pública como: um domínio da vida social no qual algo como a opinião pública pode ser formado, um espaço virtual onde os membros de uma determinada comunidade podem trocar ideias e discutir questões, a fim de chegar a um acordo sobre assuntos de interesse geral<sup>52</sup>.

A opinião pública é, nesse sentido, algo que germina no interior da esfera pública, como resultado de um debate desenvolvido por pessoas privadas, através do uso público da razão. Esta noção de opinião pública é indissociável do posicionamento histórico (sociedades ocidentais - Europa e EUA - dos séculos XVIII e XIX) em que Habermas identifica a existência de uma esfera pública burguesa assente no princípio da publicidade crítica baseada numa sociedade civil independente. É, pois, a partir desta localização empírica que o autor desenvolve a sua formulação teórica relativamente à gradual degeneração desta esfera pública, até atingir aquilo a que chama um ponto de “refeudalização” característico das sociedades de massas do período pós-guerra<sup>53</sup>.

Com efeito, ainda que a sua relação não seja de absoluta dependência nem coincidência, esfera e opinião pública são conceitos que se mantêm conceptualmente próximos e que, historicamente, mantiveram uma relação de influência mútua. Quando a esfera pública começou a ser sujeita a um progressivo alargamento, paralelamente se intensificaram as críticas liberais aos perigos da ditadura da opinião pública. Associando-se nesses casos *opinião pública* ao

<sup>51</sup> Referimo-nos às reformulações que o próprio Habermas foi fazendo da sua teorização, particularmente tendo em conta a necessidade de sofisticar relacionalmente a interacção entre uma formulação normativa teórica e uma noção historicamente localizada, ou seja: entre *factos* e *normas*. Uma excelente análise deste percurso auto-crítico da teorização habermesiana veja-se em SILVA, Filipe Carreira da, 2002, *Espaço Público em Habermas*, Lisboa, ICS.

<sup>52</sup> Cfr. McKEE, Alan, 2005, *The Public Sphere: an introduction*, Cambridge University Press.

<sup>53</sup> HABERMAS, Jurgen, 1974, [1964], “The Public Sphere: na encyclopedia article”, *New German Critique*, N.º 3, pp. 49-55.

despotismo do «império dos muitos e mediócras»<sup>54</sup>, que já em 1859 assombrava John Stuart Mill<sup>55</sup>. O desabafo de Henry Maine - «a *vox populi* até pode ser a *vox dei*, mas, na verdade não há é acordo sobre o que seja *vox* ou *populi*» - nunca se desactualizou<sup>56</sup>.

Como observou Habermas, a gradual descredibilização da opinião pública seguiu a par e passo com o processo de decomposição dos contornos da esfera pública burguesa<sup>57</sup>. Uma das faces desta degeneração, aquela que por agora mais nos interessa, revelou-se nos sincrónicos desenvolvimento e decadência da esfera pública literária ou cultural. Nesse sentido, parece-me ser proveitoso determo-nos ainda noção de *refeudalização* ou *despolitização* do debate crítico que o autor faz coincidir com aquele processo de desagregação da esfera pública literária/cultural<sup>58</sup>. Habermas utiliza o exemplo da relação entre esfera pública e jornalismo como um dos argumentos para sustentar essa sua tese. E identifica três momentos distintos na evolução da imprensa: um primeiro momento em que prevaleceu a divulgação acrítica das notícias; um segundo, a que chamou jornalismo de convicção, em que a imprensa se caracterizou por uma particular militância; e um terceiro momento em que se verifica uma gradual degeneração do jornalismo em função de interesses económicos e privados.

Habermas faz precisamente coincidir o início desta inflexão da segunda para a terceira fase do jornalismo com o despontar da imprensa de massas em meados do século XIX. Tempo que trás consigo os primeiros indícios de debilidade do carácter político da esfera pública burguesa, entendendo-se *politico* no sentido grego de «ser emancipado face ao reino das necessidades»<sup>59</sup>, não só porque, no argumento de Habermas, se verificam os primeiros sinais de subordinação da imprensa a uma lógica capitalista; como, segundo a crítica liberal de Tocqueville ou Mill<sup>60</sup>, porque o alargamento democrático da esfera pública introduziu factores de obstrução do princípio da publicidade crítica, impedindo que o debate público ofereça garantias de racionalidade.

Embora não subscrevendo os fundamentos políticos das posições dos críticos liberais (Mill ou Tocqueville), a argumentação de Habermas vai além de questões exclusivamente económicas. A teoria habermesiana de esvaziamento da esfera pública fundamenta-se também numa crítica ao processo de alargamento da esfera pública em si mesmo, i.e. ao facto de a esfera pública integrar um

<sup>54</sup> HABERMAS, Jürgen, 1984 [1962], *A Mudança Estrutural da Esfera Pública*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, p. 160.

<sup>55</sup> Cfr. MILL, John Stuart, [1859] 1985, *On Liberty*, Penguin Classics.

<sup>56</sup> Citado por Irving Crespi, *The Public Opinion Process*, 1997, consultado da tradução espanhola: CRESPI, Irving, 2000, *El Proceso de opinión pública. Como habla la gente*, Barcelona, Ariel, p. 18, tradução minha.

<sup>57</sup> Cfr. HABERMAS, 1984: 161-167.

<sup>58</sup> Cfr. HABERMAS, 1984: 200-207 e ALVES, José Augusto dos Santos, 2005, *O Poder da Comunicação. História dos media dos primórdios da imprensa aos dias da internet*, Lisboa, Casa das Letras, pp. 141-149.

<sup>59</sup> Cf. SILVA, 2002: 37.

<sup>60</sup> Cf. já citado MILL: [1859] e TOCQUEVILLE, Alexis de, [1835 e 1840] 2001, *Da Democracia na América*, pref. João Carlos Espada, S. João do Estoril, Principia.

cada vez maior número de domínios da sociedade e isso funcionar como um elemento de degenerescência da sua natureza funcional: a de ser um espaço autónomo consagrado à publicidade e ao debate político. Um espaço (esfera) que é público precisamente por ser independente do Estado. Com uma progressiva promiscuidade entre Estado e Sociedade, aquele vai assumir o monopólio de domínios que haviam até então pertencido àquela. *Público* vai gradualmente passar a ser sinónimo de estatal. O Estado ao reclamar, por exemplo, o monopólio da cultura estaria a imiscuir-se um espaço cuja independência é essencial como garante da autonomia da esfera pública. E nesse sentido, ao detectar a substituição da *ilustração* pela *instrução* como um factor de enfraquecimento do potencial crítico da esfera pública liberal, Habermas está até bem próximo dos críticos liberais<sup>61</sup>.

Parece-nos, pois, que a formulação teórica de Habermas acerca da relação entre progressivo descrédito da *opinião pública* e declínio da esfera pública não só tem uma sólida correspondência empírica, como equivaler, a seu tempo, a uma consciência crítica a que chamámos «indícios de uma nova iconoclastia». Quero com isto dizer que a ideia, que foi ganhando força entre os intelectuais, de que a relação entre imprensa de massas e opinião pública era promíscua e tendencialmente nociva à integridade da comunidade cívica, parece-me o pronúncio de uma consciência histórica do modelo teórico de Habermas acerca do esvaziamento político da esfera pública. O que me leva a sustentar que o «declínio do espaço público liberal» não é só um postulado sociologista assente em dinâmicas explicativas com base numa dialéctica entre a oferta e a procura<sup>62</sup>. Foi algo de profundo, complexo e subtil que os contemporâneos pressentiram. Já em 1859 Mill escrevia «What is still greater novelty, the mass do not take their opinions from dignitaries in Church or State, from ostensible leaders, or from books. Their thinking is done by men much like themselves, addressing them or speaking in their name, on the spur of the moment, through the *newspaper*»<sup>63</sup>.

A passagem do segundo para o terceiro momento jornalístico identificado por Habermas, corresponde pois aos primórdios da chamada idade de ouro da imprensa. É com a emergência da dita *popular press*, ou da grande imprensa, que se formam os profissionais do jornalismo *à la minute*, que o sensacionalismo e a responsabilidade social passam pacatamente a coexistir nas páginas dos jornais e que das redacções, diariamente, saem, aos milhares, fornadas de informações e opiniões de fácil consumo para serem distribuídas por uma massa cada vez mais alargada de pessoas. Pessoas que, por essa via, fazem a sua entrada na esfera pública e passam também a integrar o tecido da opinião pública. É neste contexto que, em Portugal, se intensificam a partir das décadas de 80 e 90 os testemunhos públicos de gradual desprezo pelo jornalismo em voga e pelas consequências de tal na qualidade da opinião pública. Fialho de Almeida aponta as suas baterias

<sup>61</sup> Cf. SILVA, 35-37

<sup>62</sup> No sentido em que a massificação do mercado obriga à diminuição gradual da qualidade do produto. O que neste caso seria o declínio da qualidade da imprensa em função do alargamento do seu público.

<sup>63</sup> MILL, [1859]: 131, *italico* meu.

aos jornalistas demissionários de qualquer responsabilidade civil, a esses «esgrimistas do insulto», de quem, depois de mortos, não restará «uma ideia, uma frase sequer, uma palavra» e que serão lembrados apenas

«pelo mal que fizeram, pelo crime de haverem desviado toda a consciência pública de todas as ideias justas, e de todas as tendências honradas e tranquilas: por terem lançado em todas as fontes de trabalho, perturbações duma natureza irreparável, por explorarem a tolice, pela lisonja; por haverem preterido o mérito ao empenho e formado, em evangelho, a posse da riqueza, *malgré tout*, como exclusivo gerador de felicidade».

No fundo, por terem corrompido a república.

Em 1894, Eça escrevia que as democracias tinham vindo substituir «o sorriso do príncipe» pelo «louvor do jornal» como o mais desejado dos prémios em busca do qual se moviam os homens e para a obtenção do qual praticavam todas as acções - «mesmo as boas»<sup>64</sup>. Não sem mágoa, homens como Eça ou Fialho de Almeida reconheciam no quinto poder cada vez mais um agente de perversão. De quê? Dos «juízos», da «consciência», dos «espíritos»..., da opinião pública, em suma. Não é difícil perceber a dimensão do drama. A esta imprensa, a nova *intelligentsia* tinha dificuldade em oferecer mais do que o seu desprezo. Os intelectuais sentiam-se traídos por aquela em quem tinham depositado toda a sua fé.

Aos olhos de tais militantes do combate dos espíritos, esta imprensa vulgarizada era culpada de dois crimes irremissíveis no código da cultura cívica: leviandade e falta de independência. Os jornais eram montras de futilidades quando deviam ser evangelhos da comoção cívica. Na reflexão de Fialho de Almeida, as redacções haviam-se transformado em «estações de preparo para esta ou aquela fortuna», o ofício de jornalista havia-se desvirtuado por completo e já não havia *príncipes perfeitos* da imprensa imbuídos de uma missão cívica e pedagógica, mas sim «charlatães» a quem ninguém pedia «garantias de futuras responsabilidades»<sup>65</sup>. Nas *Farpas* de 1883 que acompanharam a sua viagem ao Norte, Ramalho Ortigão não olhava o panorama jornalístico nacional com maior benevolência, embora, sem dúvida, com mais espírito. Do alto do seu sarcasmo, denunciava a flagrante promiscuidade entre esfera política e esfera literária; criticava a falta de isenção da imprensa; e, ao revelar-se ferido pela presunção e mau gosto que marcava o estilo dos jornais e revistas de província, evocava, por contraste, um exemplo jornalístico da capital, pouco inocentemente denunciador do desprovimento de massa crítica que deveria reinar em muitas das redacções de Lisboa:

«No jornalismo da capital dizem-se as coisas terra-a-terra, muito mais simplesmente. Assim, no dia em que eu parti de Lisboa, um necrologista resumia todo o elogio do seu morto na seguinte frase verdadeiramente memorável: *Nele concorriam todas as virtudes cívicas e*

<sup>64</sup> QUEIRÓS, [1894]: 358.

<sup>65</sup> ALMEIDA, 1890: 215-217.

*domésticas e vice-versa!*»<sup>66</sup>

Mas o que mais claramente preocupava Ramalho era a questão da falta de autonomia entre as esferas política e literária: «os jornalistas são talvez um pouco mais homens de Estado do que homens de letras [...] no jornalismo contemporâneo a pena é uma arma de combate», concluía<sup>67</sup>. Mais de uma década depois, em 1899, Augusto Fuschini haveria de referir-se às imprensas partidárias como esses «*chanteurs* políticos» que envenenavam o «espírito público». Era precisamente essa a questão, embora à primeira vista pudesse parecer um paradoxo: a politização da esfera pública havia conduzido ao seu esvaziamento político.

Uma imprensa absolutamente comprometida com interesses político-partidários nunca poderia ser um veículo eficaz para auxiliar o cidadão no seu percurso de entrada numa desinteressada e activa participação na *boa política*, na política da *respublica*, nem tão pouco podia funcionar como um verdadeiro fórum de publicidade para uso crítico da razão. Fuschini lamentava como, à custa dessa promiscuidade, o jornalismo, que deveria ser um dos principais elementos de educação cívica, se havia tornado inoperante a vários níveis:

«Outro elemento de educação cívica é o jornalismo. O que encontra o cidadão português nesta escola? Jornais exclusivamente científicos, ocupando-se de questões sociais, no mais largo sentido desta expressão, não os permite o mercado nacional. O gosto não chama o público para a leitura das ciências, que mais directamente interessam a administração dos povos. Este sintoma é gravíssimo»

E perante a indiferença da opinião pública com relação aos assuntos de Estado, resignava-se:

«[...] o egoísmo, o desalento, e a covardia entram em muito nesta frieza glacial, mas no fundo do espírito português, como origem destes vícios sociais, está, sem dúvida a extrema ignorância dos cidadãos até nas superiores hierarquias. O nosso jornalismo diário podia preencher, até certo ponto, esta lacuna, mas o seu carácter essencialmente partidário afasta-o desta generosa e patriótica missão»<sup>68</sup>.

A opinião pública dominada por esta imprensa reflectia naturalmente, como se viu, os mesmos vícios: leviandade e falta de independência. A ampliação quantitativa do espectro da imprensa não havia tido uma correspondência qualitativa. Pelo contrário, o movimento no sentido da crescente politização da esfera pública havia provocado uma movimentação oposta, no sentido de um esvaziamento cívico ou efectivamente político da mesma. O debate podia ser mais alargado, mas não era necessariamente mais profícuo, e estaria tendencialmente condenado a ser estéril enquanto à maioria dos seus elementos continuassem a

<sup>66</sup> ORTIGÃO, Ramalho [1883] 1988, *As Farpas*, Vol. II, s.l., Círculo de Leitores, pp. 90-93.

<sup>67</sup> ORTIGÃO, [1883]: 90-91.

<sup>68</sup> FUSCHINI, Augusto, 1899, *O Presente e o Futuro de Portugal*, Lisboa, Companhia Typographica, pp. 329-330.

faltar três dos fundamentais requisitos para o bom funcionamento de uma ordem republicana: ilustração, devoção e independência.

Eram amargos acertos de contas os que faziam estes homens que se deveriam sentir traídos pela sua própria ingenuidade.

A natureza desta traição só é, pois, compreensível tendo em conta o substrato republicano da cultura política em que se navegava. A traição residia não no factor quantitativo do alargamento da esfera pública, mas sim na qualidade dessa ampliação e na conseqüente corrupção da mobilização cívica. Uma opinião pública que já não era voz dos cidadãos instruídos, capacitados e dedicados à coisa pública era uma opinião pública desrepublicanizada. E com a qual deixava de ser possível contar para a edificação da revolução cultural.

Pior, a nova *intelligentsia* encontrava também nesta opinião pública dominada pela má imprensa a predominância dos interesses sinistros que, pela mesma altura, os “novos liberais” viam no processo da representatividade política dominado pela oligarquia e pelo caciquismo<sup>69</sup>. Tanto numa esfera como noutra o problema residia, em grande parte, na questão da independência. O bom governo democrático exigia provas de independência dos seus elementos constituidores. Era esta uma das principais questões que Oliveira Martins andava a tentar resolver avançando com propostas para uma “vida nova”<sup>70</sup>. Era este delicado equilíbrio que os governos liberais iam tentando gerir, entre outras formas, através dos critérios de restrição do sufrágio e de concessão de meios para autonomização financeira dos cidadãos.

Mas a sociedade, como todos sabiam, existia bem para além da dimensão da urna. A sociedade também era a opinião pública. E não se governava, nem se regenerava a nação, contra a opinião pública. O que era possível fazer era reajustar a natureza e o valor do conceito. Este reajuste surgiu como resposta ao raciocínio circular a que se deveriam sentir agrilhoados grande parte dos intelectuais de fim de século e que aparentemente os condenava a um beco sem saída: não haverá melhor imprensa enquanto não houver melhor povo mas não haverá melhor povo enquanto não houver melhor imprensa<sup>71</sup>. Este dédalo parecia intransponível essencialmente por causa do conceito de opinião pública que lhe estava subjacente. Conceito que havia protagonizado um longo século XIX: a opinião pública voz do povo, que fora musa das revoluções liberais era, em fim de século, a voz de uma esfera pública em gradual ampliação. Passados cem anos, não só o povo já não era o mesmo como as fronteiras da esfera pública também não. Foi esta tomada de consciência que permitiu dar o salto para fora da

<sup>69</sup> Cfr. RAMOS, Rui, 2006, «Oligarquia e Caciquismo em Oliveira Martins, Joaquim Costa e Gaetano Mosca (c.1880-c.1900)», *Análise Social*, pp. 31-53. Cfr. MARTINS, Joaquim Pedro Oliveira, [1870] 1952, «As Eleições» in *Política e História*, Lisboa, Guimarães.

<sup>70</sup> RAMOS, Rui, 2008, «Transformações do Liberalismo em Portugal (1880-1900)» in Villaverde, Manuel, Wall, Karin, Aboim, Sofia e Silva, Filipe Carreira da (eds.), *Itinerários: A Investigação nos 25 Anos do ICS*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 51-68.

<sup>71</sup> Claro exemplo deste raciocínio está em Alberto Bessa (1904) que, no entanto, nunca revela perda de fé no apostolado da imprensa. Ver particularmente “O Jornalismo em Portugal” in *Jornalismo. Esboço Histórico da sua Origem e Desenvolvimento até aos nossos dias*, Lisboa, Livraria Tavares Cardoso, pp. 178-186.

«quadratura do círculo»<sup>72</sup> em que se encontravam muitos políticos e intelectuais fino oitocentistas.

Foi esse movimento de reajuste que Gonzalo Capelán de Miguel considerou ser o *segundo grande momento conceptual* que se operou no período entre 1870 e 1919 e a que chamou *le tournant scientifique*<sup>73</sup>. Para este autor, a noção de viragem científica remete para «l'impact que le développement du positivisme et des sciences physiques, tout d'abord, et plus tard celui des sciences sociales, ont eu sur des concepts aussi importants que celui de l'opinion publique»<sup>74</sup>. Ou seja, para a consagração do duradouro e bem sucedido casamento entre verdade e ciência e para as consequências desse enlace na concepção de opinião pública.

É pois por esta altura que *opinião pública* deixa de ter correspondência com *verdade*. Bem pelo contrário, por oposição ao conhecimento científico (verdadeiro), a opinião é remetida para a esfera da falsidade, porque arbitrária e não cientificamente fundamentada.

«Il parait donc, incontestable que la perfection de nos opinions sera d'autant plus grande que l'utilisation que nous faisons de nos facultés intellectuelles sera plus rigoureuse et mieux adaptée. Dans ce cas précis, comme pour tous les concepts, il serait vraiment intéressant d'apprendre à les guider, pour éviter des erreurs répétées...»

escrevia Arcadio Roda Rivas na introdução do seu *Ensayo sobre la opinión pública*, editado em 1870<sup>75</sup>. A opinião pública surge já aqui como algo que deve ser guiado / organizado. Não por agendas ideológicas ou populistas, mas pela ciência ou por aqueles que estão na posse do conhecimento positivo. A opinião pública deixa, assim, de ser uma *donna mobile* da qual o governo democrático vive cativo, para passar a ser algo passível de ser organizado num movimento liderado pelos homens mais capazes<sup>76</sup>.

Esta viragem conceptual é indissociável de uma subtil inversão de lugares entre os paradigmas da razão e da ciência, com notável vantagem para a última. Na segunda metade do século XIX, a afirmação do positivismo não veio desafiar uma sociedade de Antigo Regime baseada na fé e na desigualdade. A ortodoxia face à qual o positivismo surgia como alternativa não era a da religião, mas sim a da razão, entendida como o resultado do debate racional entre várias partes. Paradoxalmente, os positivistas não propunham que a ciência viesse substituir a crença em Deus, mas sim a crença na autonomia racional do homem. A religião da humanidade e todo o aparato que a rodeia parece, à primeira vista, intensificar o paradoxo. Mas é preciso ter atenção ao que aí se reconhecia ao

<sup>72</sup> Expressão empregue por José Miguel Sardica em SARDICA, 2009: 29.

<sup>73</sup> O primeiro momento conceptual consensualmente consagrado é o de 1750-1850, Cfr. CAPELLÁN DE MIGUEL, Gonzalo, 2004, "Le tournant scientifique (1870-1919): vers un nouveau concept d'opinion publique" in Fernandez Sebastian, Javier e Jaelle, Chassin, *L'Avènement de l'Opinion Publique*, s.l., L'Harmattan, pp. 343-349.

<sup>74</sup> CAPELLÁN DE MIGUEL, 2004: 343.

<sup>75</sup> CAPELLÁN DE MIGUEL, 2004: 344.

<sup>76</sup> RAMOS, Rui, 1992: 519. Cfr. COMTE, Auguste, [1824] 2002, *Reorganizar a Sociedade*, Viseu, Guimarães Editores.

potencial criativo da humanidade. A descrença do positivismo na capacidade do homem se organizar pelo equilíbrio de razões, através do debate e da aceitação do pluralismo, não deixa de revelar uma inflexão com relação ao humanismo da tradição iluminista no qual assentava a cultura política liberal.

É precisamente o peso do cientismo que faz com este *tournant scientifique* não seja uma mera revisitação do doutrinário conservador que umas décadas antes já havia posto em causa o valor da opinião pública<sup>77</sup>. Esta viragem corresponde a um movimento, em larga escala, de reconceptualização de determinados conceitos que desde as revoluções liberais viviam envoltos numa aura de imutabilidade. Um movimento que poderia ter toda a aparência de uma iconoclastia contra os totens do liberalismo, não fora a sua existência só fazer sentido dentro do espaço liberal. Rui Ramos faz uma hábil alegação desta ideia através da análise comparada entre Oliveira Martins, Joaquín Costa e Gaetano Mosca, conseguindo mostrar como os três casos formam um interessante leque das diferentes formas que, em finais do século XIX, assumiu o reformismo liberal<sup>78</sup>. Também este “novo liberalismo” não assentou num processo de abandono de determinados valores, mas sim por um movimento de reconceptualização dos mesmos. Como conclui o referido autor, «tanto Martins como Joaquín Costa acabaram por *transformar o conceito de democracia*. A esquerda utilizava-o no sentido de autogoverno do povo», o novo liberalismo propunha «um governo para o povo»<sup>79</sup>.

No esforço da sua legitimação por via de uma genealogia intelectual, o próprio Oliveira Martins dá-nos pistas para a sua leitura dentro da semântica do reformismo liberal. Se na defesa do seu projecto de “vida nova”, Martins se empenhou em reforçar os seus pergaminhos republicanos citando Montesquieu, Maquiavel ou Aristóteles<sup>80</sup>, a seu turno, as referências que faz a Guizot parecem ser claramente para se destacar dele<sup>81</sup>.

Joaquín Costa, por seu lado, fazia parte do grupo krausista da *Institución Libre de Enseñanza* que introduziu em Espanha o questionamento acerca no conceito de opinião pública, por via de um debate teórico de alcance internacional que se empenhou directamente em discutir a natureza e o lugar da opinião pública nas sociedades modernas e democráticas. Como fez notar Capellan de Miguel, a produção teórica de fim de século, particularmente centrada na reflexão em torno do conceito de opinião pública, é suficientemente consistente para corroborar a ideia de um segundo momento conceptual.

*Wesen und Werth der öffentlich Meinung* de Franz von Holtendorff foi traduzido para espanhol em 1896 com o título “La opinion publica como objecto de investigación científica” e publicado no *Boletín de la Institución Libre de*

<sup>77</sup> Ver CRUZ MINA, Maria, 2004, «Les doctrinaires et l’opinion publique “inopinable”», in Fernandez Sebastián, Javier e Jaelle, Chassin, *L’Avènement de l’Opinion Publique*, s.l., L’Harmattan, pp. 293-316.

<sup>78</sup> RAMOS, 2006: 31-53.

<sup>79</sup> RAMOS, 2006: 43, itálico meu.

<sup>80</sup> RAMOS, 2008: 56.

<sup>81</sup> Cfr. MARTINS, Joaquim Pedro Oliveira, 1885, *Política e Economia Nacional*, Porto, Magalhães e Moniz Editores, pp. XXVII e 81.

*Enseñanza*<sup>82</sup>. O *American Commonwealth* de James Bryce foi publicado em Espanha em 1898 dentro de *La España Moderna*, com tradução de Adolfo Posada. Os krausistas espanhóis integraram claramente a opinião pública nos seus debates em torno de uma revisão reformista do liberalismo<sup>83</sup>.

«On pourrait peut-être croire qu'il ne faut pas toucher certains concepts fondamentaux [...] Ainsi, par exemple Souveraineté, Pouvoir, Gouvernement, Partis politiques, Opinion publique etc. sont des termes que tout le monde emploie constamment [...] Et, cependant, comme nous sommes loin d'avoir trouvé une acception technique exacte, figée, pour quelconque de ces mots! [...] Quand bien même les réflexions antérieures et l'usage général ont consolidé les concepts il y a et il y aura matière à révision, voire même à une rectification absolue»<sup>84</sup>.

Escrevia Adolfo Posada em 1909 num ensaio intitulado "Sobre la naturaleza de la opinión pública".

Em Portugal, talvez com menor enquadramento institucional, a discussão em torno da *natureza da opinião pública* também se colocava. Seria, aliás, interessante perceber a este respeito a dimensão dos reflexos em Portugal do krausismo por via dos intelectuais da *Institución Libre de Enseñanza* da vizinha Espanha<sup>85</sup>. Mas, independentemente dos elos que seja possível estabelecer, certamente que a *intelligentsia* de 70, formada no radicalismo positivista de Coimbra não vivia alheia àquele debate. Não tivesse sido precisamente por Coimbra e pela mão de Vicente Ferrer que, na primeira metade do século XIX, o krausismo havia feito a sua entrada no panorama filosófico-jurídico português. Os *sistemas de ciência* de Krause, que olhavam a ciência como um organismo, evidenciavam-se como uma eficiente alternativa para a formulação de um pensamento organicista emancipado do conservadorismo de princípios do século XIX<sup>86</sup>. É, pois, como alternativa filosófica simultaneamente subversiva e conciliadora que o krausismo se enraíza subtilmente no lastro intelectual de uma geração que se pensa heterodoxa. No entanto, contrastando com o caso espanhol e como notou José Esteves Pereira, em Portugal o peso de um positivismo mais radical acabou por limitar a expansão e aprofundamento de um pensamento político de influência mais claramente krausista<sup>87</sup>. Independentemente da coincidência de

<sup>82</sup> CAPELLAN DE MIGUEL, 2004: 348.

<sup>83</sup> CAPELLAN DE MIGUEL, Gonzalo, 1998, «La renovación de la cultura española a través del pensamiento alemán: krause y el krausismo», *Brocar*, n.º 22, pp. 137-153.

<sup>84</sup> Citado por CAPELLÁN DE MIGUEL, 2004: 348.

<sup>85</sup> A presença do krausismo em Portugal é normalmente estudada numa perspectiva jurídica ou do ponto de vista da filosofia do Direito, com particular destaque para a figura do lente de Coimbra Vicente Ferrer Neto Paiva e de seus dilectos discípulos Joaquim Rodrigues de Brito e José Dias Ferreira. Cfr. MONCADA, Cabral, 1938, *Subsídios para uma História da Filosofia do Direito em Portugal (1772-1911)*, Coimbra e CALHEIROS, Maria Clara, 2006, *A filosofia jurídico-política do krausismo português*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.

<sup>86</sup> ROCHA, Acílio da Silva Estanqueiro, 2001, «Pensar Krause Hoje, ou Pensar Radicalmente a Humanidade» in *O Krausismo em Portugal*, Braga, Centro de Estudos Lusíadas Universidade do Minho, pp. 9-37, p. 11 e 33.

<sup>87</sup> PEREIRA, José Esteves, 2001, «O krausismo de Rodrigues de Brito e o ambiente cultural português de oitocentos» in *O Krausismo em Portugal*, Braga, Centro de Estudos Lusíadas Universidade do

fundamentos filosóficos, o que parece mais ou menos claro é o facto de, tanto em Portugal como em Espanha, as propostas de um reformismo político liberal trazerem necessariamente com elas a urgência de repensar alguns conceitos, de entre eles o da opinião pública.

Vimos figuras aparentemente tão díspares como Eça de Queirós, Fialho de Almeida, Sampaio Bruno, Nogueira Soares, Augusto Fuschini, Ramalho Ortigão a expressarem a sua desilusão e despeito com o rumo tomado pela imprensa e pela gradual massificação da esfera pública. Sem evidentes elos ideológicos ou políticos entre si, estes homens pertenciam todos a uma mesma geração que viveu as décadas de 70 e 80 entre os seus vinte e trinta anos e que, com maior ou menor consciência, presença e é parte deste *tournant scientifique*. Houve os que digeriram com dificuldade o espírito do tempo e, derrotados pela melancolia, acabaram por se declarar vencidos pela vida. Houve os que foram deixando de conceber a possibilidade da regeneração se operar dentro do regime e optaram por substituir o combate dos espíritos pelo combate às instituições. Houve ainda outros que continuaram a acreditar que a concretização da república podia ser efectuada dentro do espectro do liberalismo constitucional e tentaram institucionalizar o combate político<sup>88</sup>.

Para aqueles para quem a desistência não consistiu uma alternativa, resolver a encruzilhada da opinião pública tornou-se um imperativo. Despojados da sua aura de infalibilidade, a opinião pública bem como o povo tinham de ser organizados. Só articulada e organicamente a sociedade poderia aspirar a uma efectiva regeneração. Teófilo Braga seguia as lições de Comte e explicava “Como se forma a opinião democrática” e como “A opinião pública é uma força organizadora”<sup>89</sup>. Oliveira Martins negava o potencial organizador da essência humana por si própria e insistia na necessidade da subjugação da natureza à consciência disciplinadamente metódica e civicamente comovida<sup>90</sup>. Nesse sentido, a organização da opinião pública era não só uma técnica de «engenharia social»<sup>91</sup> como um «improvisado da nação»<sup>92</sup>. Mas era também algo que se impunha ontologicamente àqueles que, perante uma concepção positiva do mundo se

Minho, pp. 55-63, p. 62.

<sup>88</sup> Houve ainda aqueles que reagiram através de um enclausuramento corporativo e pensaram resolver o problema tentando construir uma blindagem entre a “verdadeira” cultura e as massas. É nesta senda que em inícios do século XX vemos movimentos de propositada complexificação da cultura num esforço de nítida distinção entre cultura popular e cultura intelectual. A este respeito escreve John Carey: «the intellectuals could not, of course, actually prevent the masses from attaining literacy. But they could prevent them reading *literatura* by making it too difficult for them to understand – and this is what they did. The early twentieth century saw a determined effort, on the part of the *intelligentsia*, to exclude the masses from culture» *The Intellectuals and the masses. Pride and Prejudice among the literary intelligentsia 1880-1939*, London / Boston, Faber and Faber, 1992, p. 17. Ver também SANTOS, Maria Lourdes Lima dos, 1988, “Questionamento à volta de três noções (a grande cultura, a cultura popular, a cultura de massas)”, *Análise Social*, Vol. XXIV, pp. 689-702.

<sup>89</sup> BRAGA, Teófilo, 1912, *Soluções Positivas para a Política Portuguesa*, Porto, Chadron, pp. 47-51 e 55-58.

<sup>90</sup> Cfr. RAMOS, 1998.

<sup>91</sup> RAMOS, 1998: 181.

<sup>92</sup> Joaquín Costa (1901), *Oligarquia y Caciquismo como la Forma Actual de Gobierno en España*, citado por RAMOS, 2006: 36.

viam conduzidos a uma recusa implícita de um pluralismo ontológico.

Este “pluralismo ontológico” era, de certo modo, inconciliável com a ideia da sociedade como algo que devia ser entendido cientificamente. A partir deste princípio, a política passa progressivamente para a esfera da razão positiva, que não é a mesma esfera do exercício das várias razões conflitantes, deixando de ser do domínio subjectivo e flutuante da opinião pública. A fórmula de manter este pressuposto dentro do espectro da tradição democrático-liberal passava por fazer opinião pública ir ao encontro da razão positiva por via da educação. A tese de habermesiana assenta, nesse sentido, também na reflexão crítica desta mudança conceptual de esfera pública. Habermas nota como, para Hegel «a esfera pública, reduzida a uma forma de educação, se encontra destituída do seu estatuto de princípio de ilustração. Deste modo, a esfera pública hegeliana só cumpre a função de integrar as opiniões subjectivas dos indivíduos na objectividade que caracterizava o Estado.»

Como algo que emerge da esfera pública, a opinião pública assume ela própria uma concepção orgânica cuja complexidade deixava de ser compatível com um conúbio promíscuo com a imprensa. Muito menos com uma imprensa com cadastro cívico. Contrariando o que poderia ser um optimismo mais evidente, alguns dos homens que protagonizaram este *tournant scientifique* não viram na massificação da opinião pública um trilho inexorável que conduzia à implantação de um regime republicano, mas sim o definhar da *republica*. Perante a ameaça de uma opinião pública tendencialmente desrepublicanizada por via dos efeitos perniciosos da massificação de uma imprensa viciada e leviana, a opção de virar o feitiço contra o feiticeiro parecia ser uma boa alternativa: usar a imprensa para *organizar* a opinião pública de modo a tornar possível a edificação de uma *republica* democrática. Dirigida por um presidente ou por um rei pouco importava. Para quem seriamente se empenhava em fazer a *republica*, a questão do regime era acessória<sup>93</sup>.

A iconoclastia destes intelectuais de fim de século contem em si mesma as contradições da cultura política em que foi concebida. Retomando a imagem proposta por Rui Ramos: filhos de Constant, eles viram a opinião pública desvirtuar-se por via da manipulação inerente ao processo de declínio da esfera pública e crescente promiscuidade entre Estado e Sociedade; filhos de Rousseau, viram com crescente desconfiança a emergência de uma opinião pública corrompida pelos interesses sinistros que não eram os da *republica*. Foi pela síntese destas diferentes heranças intelectuais, que se chegou a uma solução que reuniu relativo consenso sem parecer paradoxal: a de conceber a esfera pública como um espaço onde se resolve o conflito de interesses, universalizando a razão por via da educação. O lastro do *tournant scientifique* permitiu que esta solução fosse mais do que uma simples estratégia oportunista, conferiu-lhe uma

<sup>93</sup> Como em 1911 esclarecia um deputado republicano às Constituintes: «de facto não andámos durante anos a sacrificar a liberdade e o sossego só pelo simples capricho de mudar uma coroa e por barrete frígio», citado por DIAS, Carlos Malheiro, 1913, *O Estado Actual da Causa Monárquica 1912-1913*, Lisboa, Typographia Editora José Bastos, p. 125.

legitimação ontológica inquestionável: a da ciência.

A partir daqui, para estes intelectuais, republicanos ou monárquicos, o caminho possível era sempre em frente e implicava transformar a sua iconoclastia numa profissão de fé. Fé na legitimidade das suas liberdades e garantias, na bondade da república e na infalibilidade da ciência. Fé, também, no potencial da imprensa para pôr em prática a organização da opinião pública que conduziria ao verdadeiro Estado democrático.

## BIBLIOGRAFIA

### Fontes:

- ALMEIDA, José Valentim Fialho de, 1890, «Os Jornalistas» in *Pasquinadas. Jornal d'un Vagabundo*, Porto, Livraria Chardron, pp. 209-219.
- BESSA, Alberto, 1904, *Jornalismo. Esboço Histórico da sua Origem e Desenvolvimento até aos nossos dias*, Lisboa, Livraria Tavares Cardoso.
- BRAGA, Teófilo, 1912, *Soluções Positivas para a Política Portuguesa*, Porto, Livraria Chardron.
- BRUNO, José Pereira de Sampaio, 1906, *Os Modernos Publicistas Portugueses*, Porto, Livraria Chardron de Lello e Irmão.
- CARLYLE, Thomas, 1841, *On heroes and hero-worship and the heroic in History*, London, James Fraser.
- CHAGAS, João, 1907, *João Franco*, Lisboa, Typografia Annuário.
- COMTE, Auguste, [1824] 2002, *Reorganizar a Sociedade*, Viseu, Guimarães Editores.
- DIAS, Carlos Malheiro, 1913, *O Estado Actual da Causa Monárquica 1912-1913*, Lisboa, Typographia Editora José Bastos.
- GARRETT, João Baptista Almeida, [1843] 1963, «Memórias ao Conservatório Real», in *Obras de Almeida Garrett*, Porto, Lello e Irmãos Editores, Vol. II.
- GISSING, George, [1891] 2004, *New Grub Street*, Kissinger Publishing.
- MARTINS, Joaquim Pedro Oliveira, [1870] 1952, «As Eleições» in *Política e História*, Lisboa, Guimarães
- MARTINS, Joaquim Pedro Oliveira, 1885, *Política e Economia Nacional*, Porto, Magalhães e Moniz Editores.
- MILL, John Stuart, [1859] 1985, *On Liberty*, Penguin Classics.
- ORTIGÃO, Ramalho [1883] 1988, *As Farpas*, Vol. II, s.l., Círculo de Leitores.
- QUEIRÓS, Eça de, 2004, *Eça de Queiroz, Jornalista*, org. e intro. Maria Filomena Mónica, S. João do Estoril, Principia.
- QUEIRÓS, José Maria Eça de, [1867] s.d., «Revista Crítica dos Jornais», *Da colaboração no Distrito de Évora - I*, Lisboa, Livros do Brasil.
- QUEIRÓS, José Maria Eça de, [1894] 2003, «O Sr. Brunetière e a imprensa», *Eça de Queirós. Jornalista* (Maria Filomena Mónica intro. e org.), S. João do Estoril, Principia. pp. 352-358.
- SOARES, Nogueira, 1883, *Considerações sobre o presente e o futuro de Portugal*, Lisboa, Typographia Universal.
- TOCQUEVILLE, Alexis, [1835] 2001, *Da Democracia na América*, pref. João Carlos Espada, S. João do Estoril, Principia.

Estudos e Ensaaios:

- ALVES, José Augusto dos Santos, 2000, *A Opinião Pública em Portugal (1780-1820)*, Lisboa, Universidade Autónoma.
- ALVES, José Augusto dos Santos, 2005, *O Poder da Comunicação. História dos Média dos primórdios da imprensa aos dias da internet*, Lisboa, Casa das Letras.
- ARAÚJO, Ana Cristina, 2008, «Opinião Pública», *Ler História – História Conceptual no Mundo Luso-Brasileiro (1750-1850)*, N.º 55, pp. 125-139.
- BERLIN, Isaiah, 1969 [1958], «Two Concepts of Liberty» in Isaiah Berlin, *Four Essays on Liberty*, Oxford university Press, pp. 118-173.
- BOLADERAS, CUCURELLA, Margarita, 2001, “La opinión pública en Habermas”, *Anàlisi*, 26, Barcelona, pp. 51-70.
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima, 1999, “A republicanização da monarquia (1858-1862)” in *Apologia da História Política. Estudos sobre o Século XIX Português*, Lisboa, Quetzal, pp. 241-359.
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima, 2005, *O século XIX português*, Lisboa, ICS.
- BORDO, M.D.; TAYLOR, A. M.; WILLIAMSON, J.G. (eds), 2003, *Globalization in Historical Perspective*, Chicago, The University of Chicago Press.
- CALHEIROS, Maria Clara, 2006, *A filosofia jurídico-política do krausismo português*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- CAPELLÁN DE MIGUEL, Gonzalo, 1998, “La renovación de la cultura española através del pensamiento alemán: krause y el krausismo”, *Brocar*, N.º 22, pp. 137-153.
- CAPELLÁN DE MIGUEL, Gonzalo, 2004, “Le tournant scientifique (1870-1919): vers un nouveau concept d’opinion publique” in Fernandez Sebastian, Javier e Jaelle, Chassin, *L’Avènement de l’Opinion Publique*, s.l., L’Harmattan, pp. 343-349.
- CAREY, John, 1992, *The Intellectuals and the masses. Pride and Prejudice among the literary intelligentsia 1880-1939*, London / Boston, Faber and Faber.
- CATROGA, Fernando, 2000, “A Demopedeia Republicana” in *O Republicanismo em Portugal, da formação ao 5 de Outubro de 1910*. Lisboa, Editorial Notícias.
- CHAPMAN, Jane, 2005, «Commercialization, Consumerism and Technology [1881-1919]» in *Comparative Media History. An Introduction: 1789 to the Present*, Cambridge, Polity Press, pp. 71-94.
- CRESPI, Irving, 2000, *El Proceso de opinión pública. Como habla la gente*, Barcelona, Ariel.
- CRUZ MINA, Maria, 2004, “Les doctrinaires et l’opinion publique “inopinable”, in Fernandez Sebastián, Javier e Jaelle, Chassin, *L’Avènement de l’Opinion Publique*, s.l., L’Harmattan, pp. 293-316.
- CUNHA, Alfredo da, 1941, *Elementos para a História da Imprensa Periódica Portuguesa (1641-1821)*, Lisboa, Separata de Memórias da Academia Real de Lisboa, p. 121
- DÍAS, Augusto da Costa, 1966, *Discursos sobre a Liberdade de Imprensa no Primeiro Parlamento Português (1821)*, Lisboa, Portugália.
- DÍAS, Luís da Costa, 2007, «O papel do Impresso. A Imprensa e a transformação do espaço público em Portugal (último quartel do século XIX - primeiro quartel

- século XX», *Estudos do século XX*, nº 7, Coimbra, CEIS20, pp. 307-317.
- FERNANDEZ SEBASTIÁN, Javier, 2004, «L'avènement de l'opinion publique et le problème de la représentation politique (France, Espagne, Royaume-Uni» in Fernandez Sebastián, Javier e Jaelle, Chassin, *L'Avènement de l'Opinion Publique*, s.l., L'Harmattan, pp. 227-251.
- FERNANDEZ SEBASTIÁN, Javier, 2008, «Algumas notas sobre história conceptual e sobre a sua aplicação ao espaço atlântico», *Ler História, História Conceptual do Mundo Luso-Brasileiro. 1750-1850*, Nº. 55
- FERREIRA, Fátima Sá e Melo e FERES JÚNIOR, João, 2008, «Introdução», *Ler História, História Conceptual do Mundo Luso-Brasileiro. 1750-1850*, nº. 55, pp. 17-23.
- FERREIRA, Fátima Sá e Melo, 2008, «Povo – Povos», *Ler História – História Conceptual no Mundo Luso-Brasileiro (1750-1850)*, nº. 55, pp. 141-154.
- HABERMAS, Jurgen, 1974, [1964], “The Public Sphere: an encyclopedia article”, *New German Critique*, Nº. 3, pp. 49-55.
- HABERMAS, Jurgen, 1984, *A Mudança Estrutural da Esfera Pública*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- JESSEN, Uffa, 2006, «A communicative gap: Bourgeois Jews and Protestants in the public sphere of early Imperial Germany», *History of Europeans Ideas*, nº. 32, pp. 295-312.
- KANTOROWICZ, Ernst, 2000, «Les Deux Corps du Roi» in *Kantorowicz. Oeuvres*, S.l. Quarto, Gallimard.
- LEMONS, Mário Matos, 2006 “Para uma história da Imprensa Diária Portuguesa no século XX” in Lemos, Mário Matos, *Jornais Diários Portugueses do Século XX, Um Dicionário*, Coimbra, Ariadne Editora.
- LUBENOW, J.A., 2007, “A Categoria de esfera pública em Jurgen Habermas: para a reconstrução da autocrítica”, *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, nº. 10, pp. 103-123.
- MCKEE, Alan, 2005, *The Public Sphere: an introduction*, Cambridge University Press.
- MINÉ, Elza, 2000, «Eça de Queirós. Jornalista no ano 2000», *Páginas Flutuantes. Eça de Queirós e o jornalismo no século XIX*, São Paulo, Ateliê Editorial.
- MIRANDA, Paula Cristina Galvão Mateus, 2002, *As origens da Imprensa de Massas em Portugal: O Diário de Notícias (1864-1889)*, Universidade de Évora, 1º Curso de Mestrado em Estudos Históricos Europeus.
- MONCADA, Cabral, 1938, *Subsídios para uma História da Filosofia do Direito em Portugal (1772-1911)*, Coimbra.
- NÓVOA, António, 1987, *Le Temps des Professeurs*, Vol. I, Lisboa, INIC.
- O'ROURKE, K. e WILLIAMSON, J.C., 2001, «When did globalization begin?», *European Review of Economic History*, Vol. 6, pp. 23-50.
- PEIXINHO, Ana Teresa, 2007, «Textos jornalísticos de Eça de Queirós: o jornalismo oitocentista olhado pelo escritor/jornalista», *Estudos do Século XX*, nº. 7, Coimbra, CEIS20, pp. 15-38.
- PEREIRA, José Esteves, 2001, «O krausismo de Rodrigues de Brito e o ambiente cultural português de oitocentos» in *O Krausismo em Portugal*, Braga, Centro de

- Estudos Lusíadas Universidade do Minho, pp. 55-63.
- PETTIT, Philip, 1999, *Republicanism. A Theory of Freedom and Government*, Oxford, Oxford University Press.
- PINTO, Ricardo Leite, 2001, «Uma introdução ao neo-republicanismo», *Análise Social* n.º 158-159, pp. 461-485.
- POCOCK, J. G. A., [1975] 2003, *The Machiavellian Moment. The Florentine Thought and the Atlantic Republican Tradition*, Princeton, N. J., Princeton University Press.
- RAMOS, Rui, 1992a, «A formação da *intelligentsia* portuguesa (1860-1880)», *Análise Social*, n.º 116-117, pp. 483-528.
- RAMOS, Rui, 1992b, «A ideia republicana em Portugal (a propósito de alguns livros recentes)», *Análise Social*, n.º 115, 229-239.
- RAMOS, Rui, 1994, *A Segunda Fundação*, Vol. VI de *História de Portugal* direcção de José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores.
- RAMOS, Rui, 1998, «Oliveira Martins e a ética republicana», *Penélope*, 18, pp. 167-187.
- RAMOS, Rui, 2006, «Oligarquia e Caciquismo em Oliveira Martins, Joaquin Costa e Gaetano Mosca (c.1880-c.1900)», *Análise Social*, n.º 178, pp. 31-53.
- RAMOS, Rui, 2008, «Transformações do Liberalismo em Portugal (1880-1900)» in Villaverde, Manuel, Wall, Karin, Aboim, Sofia e Silva, Filipe Carreira da (Eds.), *Itinerários: A Investigação nos 25 Anos do ICS*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 51-68.
- RIBEIRO, Lia Sá Paulo, 2003, «O papel dos intelectuais na popularização cultural republicana», *Revista de História das Ideias*, Vol. 24, Coimbra, pp. 255-309.
- ROCHA, Acílio da Silva Estanqueiro, 2001, «Pensar Krause Hoje, ou Pensar Radicalmente a Humanidade» in *O Krausismo em Portugal*, Braga, Centro de Estudos Lusíadas Universidade do Minho, pp. 9-37.
- SANTOS, Maria Lourdes Lima dos, 1988, «Questionamento à volta de três noções (a grande cultura, a cultura popular, a cultura de massas)», *Análise Social*, vol. XXIV, pp. 689-702.
- SARDICA, José Miguel, 2009, «O jornalismo e a *intelligentsia* portuguesa nos finais da Monarquia Constitucional», *Comunicação e Cultura*, n.º 7, pp. 17-38.
- SASSOON, Donald, 2006, «The Popular Press», *The Culture of the Europeans from 1800 to the Present*, Londres, Harper Collins Publishers, pp. 709-725.
- SILVA, Filipe Carreira da, 2001, «Espaço Público e democracia: o papel da esfera pública no pensamento político de Habermas», *Análise Social*, n.º 158-159, pp. 435-459.
- SILVA, Filipe Carreira da, 2002, *Espaço Público em Habermas*, Lisboa, ICS.
- SKINNER, Quentin, 1969, «Meaning and Understanding in the History of Ideas», *History and Theory*, Vol. XVIII, n.º 1, pp. 3-53.
- TENGARRINHA, José, 1989, *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, Lisboa, Ed. Caminho.
- VARGUES, Isabel Nobre, 2003, «A formação da profissão de jornalista em Portugal: um poder entre poderes?», *Revista de História das Ideias*, n.º 24, pp. 157-177.